

**ILMO. SERVIDOR SENHOR SEBASTIÃO NOBRE DA SILVA, PRESIDENTE DA COMISSÃO DE LICITAÇÃO DO MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MINAS GERAIS.**

**REF: CONCORRÊNCIA PÚBLICA N.º 033/2019.**

**SUPERENGE SERVICOS E CONSTRUCAO LTDA - EPP**, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob o n.º 11.184.198/0001-27, estabelecida na Rua Diana, n.º 643, Bairro Ana Lúcia, CEP 34.710-210, Município de Sabará, Estado de Minas Gerais, por seu representante que a esta subscreve, conforme procuração anexo **(Anexo I, Documento I)**, **FABRÍCIO ANTÔNIO ANTUNES**, brasileiro, casado, empresário, portador da cédula de identidade n.º M- 6.359.577, expedida pela SSP/MG e inscrito no CPF sob o n.º 838.493.606-44, com endereço profissional na Av. Nossa Senhora de Fátima n.º 2.576, CEP 30.710-020, Bairro Carlos Prates, Município de Belo Horizonte, Estado de Minas Gerais, vem respeitosamente na presença de V.Sa, em tempo hábil, com fulcro conformidade com a Lei Federal nº 8.666, de 21/06/1993; Lei Estadual nº 20.826, de 31/07/2013; Lei Complementar Federal nº 123, de 14/12/2006; Lei Estadual nº 13.994, de 18/ 2001 e no item 09 e respectivos subitens do Edital de Concorrência n.º 033/2019 a fim de interpor;

## **RECURSO ADMINISTRATIVO**

contra as irregularidades verificadas na condução dos procedimentos relativos ao presente processo pela respeitável Comissão Permanente de Licitação, que resultou na **desclassificação** da proposta de preços da empresa **SUPERENGE SERVICOS E CONSTRUCAO LTDA - EPP**, pelos fatos e fundamentos a seguir especificados:

## **I – DO RESUMO DOS FATOS**

O **MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MINAS GERAIS**, tornou pública a realização de licitação, na modalidade Concorrência n.º 033/2019, do tipo **MENOR PREÇO**, objetivando a ***“CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA EXECUÇÃO DE SERVIÇOS DE ENGENHARIA, COM FORNECIMENTO DE MÃO DE OBRA E MATERIAIS, EM EDIFICAÇÃO DO MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MINAS GERAIS, EM BELO HORIZONTE”*** conforme especificações do Termo de Referência.

Em data de 09/10/2019, foi iniciada a sessão, que foi presidida pelo Presidente da Comissão de Licitação, Senhor Sebastião Nobre da Silva, que foi auxiliado pela Comissão de Licitação.

Após a abertura e análise dos documentos de habilitação, somente as empresas **CONTROLE ENGENHARIA EIRELI, M&C ENGENHARIA E CONSTRUÇÕES LTDA** e **SUPERENGE SERVICOS E CONSTRUCAO LTDA – EPP**, foram declaradas habilitadas.

Em data de 18/11/2019, foram abertos os envelopes de proposta de preços das empresas habilitadas. Após a abertura dos envelopes verificou-se que a empresa **SUPERENGE SERVICOS E CONSTRUCAO LTDA – EPP**, ofertou o melhor preço GLOBAL, no valor de R\$ 2.937.787,15 (dois milhões novecentos e trinta e sete mil setecentos e oitenta e sete reais e quinze centavos).

Em data de 27/11/2019, foi publicada a decisão da análise das propostas de preços e a proposta da empresa **SUPERENGE SERVICOS E CONSTRUCAO LTDA – EPP** foi desclassificada sob a alegação de que havia alguns itens com os valores unitários superiores ao valor estimado.

Em razão das preliminares acima invocadas é que a empresa **SUPERENGE SERVICOS E CONSTRUCAO LTDA – EPP**, vem requerer a reforma da decisão desta respeitável Comissão Permanente de Licitação.

## **II – DA TEMPESTIVIDADE E DO CABIMENTO**

Conforme determinação legal o prazo para apresentação das razões de recurso é **de 05 (cinco) dias úteis**, conforme previsto no edital e na legislação aplicável.

Estabelece o edital:

### **9. DOS RECURSOS**

***9.1. Dos atos decisórios desta licitação caberão recursos, nos termos do art. 109 da Lei Federal nº 8.666/93, no prazo de 5 (cinco) dias úteis contados da intimação do ato ou da lavratura da ata.***

***9.1.1. Findo o prazo para a interposição de recurso, será publicado no DOMP/MG o comunicado quanto à interposição ou não de recurso, em caso positivo será iniciada a contagem de prazo para os demais licitantes apresentarem contrarrazões de recurso, no mesmo prazo do subitem anterior.***

*9.1.2. Caso o licitante vencedor seja ME/EPP ou equiparada e a sua documentação fiscal e trabalhista apresente alguma restrição, o prazo recursal referente ao julgamento das propostas começará a fluir após a comprovação de sua regularidade fiscal e trabalhista, que será comunicada a todos os licitantes por meio de publicação no DOMP/MG.*

*9.2. A intimação dos atos decisórios será feita mediante publicação no DOMP/MG, salvo os atos de habilitação ou inabilitação de licitantes e julgamento de propostas, se presentes todos os prepostos dos licitantes na sessão em que foi proferida a decisão, quando poderá ser feita por comunicação direta a os interessados e lavrada em ata.*

*9.3. Os recursos deverão ser protocolados no Protocolo Geral da Procuradoria Geral de Justiça e dirigidos à Autoridade Competente, por intermédio do Presidente da CPL, o qual poderá reconsiderar sua decisão ou fazê-lo subir devidamente informado.*

*9.4. As razões e contrarrazões de recurso deverão conter indicação da razão social da empresa licitante, seu número de CNPJ e endereço, além de estarem acompanhadas de todos os documentos necessários à identificação e comprovação do poder de representação do seu signatário.*

9.5. O resultado do julgamento dos recursos será comunicado aos licitantes por meio de publicação no DOMP/MG.

9.6. A renúncia expressa de todos os licitantes, pessoalmente ou via e mail, ao direito de interpor as razões e contrarrazões de recurso, serão registradas em ata, passando-se para a fase subsequente do processo, mediante publicação no DOMP/MG, ainda que não tenha transcorrido o prazo disposto nos subitens 9.1 e 9.1.1

9.7. O recurso será dirigido ao Procurador Geral de Justiça Adjunto Administrativo por intermédio da CPL que, reconsiderando ou não sua decisão, irá fazê-lo subir devidamente informados, para decisão superior.

9.8. O recurso contra decisão da autoridade competente terá efeito suspensivo (art. 109, § 2º da Lei Federal nº 8.666/93).

9.9. Não serão conhecidos os recursos interpostos após o prazo previsto, nem tampouco aqueles em desacordo com os procedimentos legais.

9.10. O acolhimento de recurso importará na validação exclusivamente dos atos suscetíveis de aproveitamento.

Nesse contexto, dispõe a **LEI FEDERAL N.º 8.666, DE 21 DE JUNHO DE 1993**, que “Regulamenta o art. 37, inciso XXI, da Constituição Federal, institui normas para licitações e contratos da Administração Pública e dá outras providências”:

“Art. 109. Dos atos da Administração decorrentes da aplicação desta Lei cabem:

***I - recurso, no prazo de 5 (cinco) dias úteis a contar da intimação do ato ou da lavratura da ata, nos casos de:***

***a) habilitação ou inabilitação do licitante;***

***b) julgamento das propostas;***

***c) anulação ou revogação da licitação; (...)***

***§ 5º Nenhum prazo de recurso, representação ou pedido de reconsideração se inicia ou corre sem que os autos do processo estejam com vista franqueada ao interessado. (Grifamos)***

Desta forma, foi realizada a publicação no dia 27/11/2019, no Diário do Judiciário Eletrônico, página 43, vejamos:

**BRS**

Consultoria e apoio em licitação

Propostas inicialmente classificadas: 1ª colocada: M&C Engenharia e Construções Ltda., CNPJ: 01.948.919/0001-74; 2ª colocada: Controle Engenharia Eireli, CNPJ: 18.354.443/0001-46. Proposta desclassificada: Superenge Serviços e Construções Ltda.-EPP, CNPJ 11.184.198/0001-27; O motivo de desclassificação da empresa supracitada consta da ata de julgamento das propostas disponibilizada nos sites [www.mpmg.mp.br](http://www.mpmg.mp.br) e [www.compras.mg.gov.br](http://www.compras.mg.gov.br). A declaração de VENCEDORA somente será efetuada após o cumprimento das exigências do item 8.4 e seguintes do edital. Nos termos do art. 109, I, b, da Lei Federal nº 8.666/93, está aberto o prazo de 5 dias úteis, contados desta publicação, para interposição de eventuais recursos contra o resultado do julgamento e classificação das propostas. A ata de julgamento das propostas estará disponível para download e consulta nos sites [www.mpmg.mp.br](http://www.mpmg.mp.br) e [www.compras.mg.gov.br](http://www.compras.mg.gov.br), e nos autos do processo licitatório, na Divisão de Licitação (Av. Álvares Cabral, 1740, 6º andar, Santo Agostinho, BH/MG), de 2ª a 6ª feira, das 8 às 18 h. Belo Horizonte, 26 de novembro de 2019. Sebastião Nobre da Silva. Presidente da Comissão Permanente de Licitação.

Por fim, em relação à contagem dos prazos dispõe ainda a **LEI FEDERAL N.º 8.666, DE 21 DE JUNHO DE 1993:**

*“Art. 110. Na contagem dos prazos estabelecidos nesta Lei, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento, e considerar-se-ão os dias consecutivos, exceto quando for explicitamente disposto em contrário.*

*Parágrafo único. Só se iniciam e vencem os prazos referidos neste artigo em dia de expediente no órgão ou na entidade. ”*

Assim, a empresa **SUPERENGE SERVICOS E CONSTRUCAO LTDA – EPP** apresenta **TEMPESTIVAMENTE** o presente **RECURSO ADMINISTRATIVO**, visto que, conforme o artigo 110, da Lei 8.666/93, *excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento*, portanto, o prazo se encerra no dia 04/12/2019.

Portanto, é manifesto o cabimento da presente demanda, posto que, além de apresentar-se tempestiva e de acordo com os ditames constitucionais e legais, se trata de um direito público subjetivo, liberto de quaisquer condicionantes, usado com a finalidade de que a autoridade administrativa competente possa tomar conhecimento dos fatos, coibindo, assim, a prática de atos ilegais ou irregulares cometidos pela Administração Pública, tais quais os ensejadores da demanda em pauta.

Devidamente comprovada à tempestividade e o cabimento deste recurso requer o recebimento do presente para o seu devido processamento e apreciação legal.

### **III – DAS RAZÕES DE RECURSO**

#### **3.1. Da Legitimidade para recorrer**

Preliminarmente, destaca-se que a empresa **SUPERENGE SERVICOS E CONSTRUCAO LTDA – EPP** como empresa especializada que explora o ramo de atividades de prestação de serviços relacionados ao objeto licitado, sob os códigos 71.12-0-00 - Serviços de engenharia e 43.22-3-03 - Instalações de sistema de prevenção contra incêndio detém total e irrestrita capacidade estrutural e tecnológica de oferecer os serviços necessários, possuindo plena capacidade técnica e financeira para prestar os serviços licitados pela Administração Pública Municipal.

#### **3.2. Dos Fundamentos**

A fase recursal do procedimento licitatório tem como fundamento legal na, que dispõe:

*“Art. 5º - Todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, garantindo-se aos brasileiros e aos estrangeiros residentes no País a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade, nos termos seguintes:*

*(...)*

*XXXIV - são a todos assegurados, independentemente do pagamento de taxas:*

*a) o direito de petição aos Poderes Públicos em defesa de direitos ou contra ilegalidade ou abuso de poder;*

*(...).”*

É dessa garantia constitucional que decorrem as diversas formas de provocação da Administração Pública, para o exercício do direito de petição. Nesse sentido vejamos as palavras de Di Pietro<sup>1</sup>:

---

<sup>1</sup> DI PIETRO, Maria Sylvia Zanella. Direito Administrativo, p 579. São Paulo: Atlas, 2000.

*“Dentro do direito de petição estão agasalhados inúmeras modalidades de recursos administrativos... É o caso da representação, da reclamação administrativa, do pedido de reconsideração, dos recursos hierárquicos próprios e impróprios da revisão.”*

Seguindo esse entendimento, Carvalho Filho<sup>2</sup> afirma que:

*“O direito de petição é um meio de controle administrativo e dá fundamento aos recursos administrativos por que tais recursos nada mais são do que meios de postulação a um órgão administrativo. O instrumento que propicia o exercício desse direito consagrado na CF é o recurso administrativo.”*

Desta feita, temos que o recurso administrativo instrumentaliza o exercício do direito de petição junto ao poder público.

### **3.3. DA IRREGULAR DESCLASSIFICAÇÃO DA PROPOSTA DE PREÇOS DA EMPRESA SUPERENGE SERVIÇOS E CONSTRUÇÃO LTDA – EPP:**

A empresa **SUPERENGE SERVIÇOS E CONSTRUÇÃO LTDA – EPP** teve sua proposta de preços desclassificada, sob a alegação de que alguns itens estavam com os preços acima dos valores estimados.

O preços Global ofertado pela empresa **SUPERENGE SERVICOS E CONSTRUCAO LTDA – EPP**, foi de R\$ 2.937.787,15 (dois milhões novecentos e trinta e sete mil setecentos e oitenta e sete reais e quinze centavos) e o valor Global estimado para a contratação era de R\$ 4.335.488,19 (quatro milhões trezentos e trinta e cinco mil quatrocentos e oitenta e oito reais e dezenove centavos), ou seja, a empresa recorrente ofertou o preço global abaixo do valor estimado.

A Planilha orçamentária preenchida pela empresa recorrente conta com mais de 1.000 (um mil) linhas, praticamente todas referem-se a um item e um valor unitário,

---

<sup>2</sup> CARVALHO FILHO, José dos Santos. Manual de Direito Administrativo, p. 905. Rio de Janeiro: Lúmen Juris. 2009.



desta forma, são mais de mil linhas a serem preenchidas com itens e valores unitários, o que dificulta seu perfeito preenchimento.

Além do mais, a licitação será processada e julgada através do menor preço global e não pelo valores unitários, vejamos disposição no Edital:

## **EDITAL DE LICITAÇÃO**

**PROCESSO:** Nº 33/2019

**UNIDADE:** 1091040

**PROCESSO SEI:** Nº 19.16.3720.0007017/2019-51

**MODALIDADE:** Concorrência

**TIPO:** Menor Preço

**REGIME DE EXECUÇÃO:** Empreitada por preço global

Portanto, os preços de alguns itens unitários acima do estimado não pode ser critério para a desclassificação da proposta, visto que, a mesma será julgada pelo valor Global.

O **Tribunal de Contas da União – TCU**, já se manteve contra a desclassificação de proposta em razão de superfaturamento de valores unitários, vejamos o Acórdão 1302/2015:

***Acórdão***

*Acórdão 1302/2015-Plenário*

***Data da sessão***

*27/05/2015*

***Relator***

*MARCOS BEMQUERER*

***Área***

*Contrato Administrativo*



**Tema**

Obras e serviços de engenharia

**Subtema**

Superfaturamento

**Outros indexadores**

Ausência, Manutenção, Preço unitário, Equilíbrio econômico-financeiro, Sobrepreço, Preço global, Aditivo

**Tipo do processo**

RELATÓRIO DE AUDITORIA

**Enunciado**

**Os sobrepreços unitários de serviços, quando não avaliados em conjunto com outros itens da planilha orçamentária, não são suficientes para caracterizar, por si só, eventual sobrepreço ou superfaturamento do empreendimento. Quando não houver sobrepreço global, mas apenas unitário, o contrato é vantajoso para a Administração se as alterações contratuais posteriores não reduzirem o desconto global obtido originalmente, configurando o jogo de planilha.**

**Excerto**

**Voto:**

*Em apreciação Relatório de Auditoria, na fase de exame das razões de justificativa apresentadas em respostas às audiências determinadas pelo Acórdão 2.028/2011 - Plenário, referente à fiscalização realizada pela então 3ª Secretaria de Fiscalização de Obras - 3ª Secob na Secretaria Executiva do Ministério das Cidades, na Caixa Econômica Federal e na Prefeitura de Manaus/AM, com o objetivo de verificar a regularidade da implantação de loteamentos residenciais de especial interesse social no aludido Município de Manaus/AM, em cumprimento ao Acórdão 2.435/2010 - Plenário.*

*2. Conforme relatado, os trabalhos de auditoria foram centralizados na avaliação da regularidade do Edital da Concorrência Pública 31/2010, publicado no Diário Oficial da União - DOU de 9/11/2010 (Peça15, p. 91/111 e 160).*

*3. O objeto licitado contempla obras de urbanização e serviços de construção de unidades habitacionais nos Residenciais Parque dos Buritis I e II, na cidade de Manaus/AM, conforme detalhamento constante do*

projeto básico e demais anexos ao Edital 31/2010, e foi orçado no total de R\$ 61.811.318,67, com data-base de fevereiro/2010.

4. Em decorrência do certame, foi celebrado o Contrato 001/2011 - Seminf, no valor de R\$ 61.750.249,68, entre o Município de Manaus/AM e a [empresa contratada] (Peça 100), no regime de empreitada por preço global.

[...]

18. O exame empreendido pela unidade especializada sobre essa questão indica não haver sobrepreço global do contrato, apesar do sobrepreço unitário de alguns serviços. O valor contratado quando comparado com os custos constantes do referencial Sinapi - Sistema Nacional de Pesquisa de Custos e Índices da Construção Civil revela uma diferença a menor de 3,68%.

19. **A propósito, a jurisprudência do TCU tem considerado que sobrepreços unitários de serviços, quando não avaliados em conjunto com outros itens da planilha orçamentária, não são suficientes para caracterizar, por si só, eventual sobrepreço ou superfaturamento do empreendimento.**

20. É preciso examinar a matéria de modo a apurar eventual ocorrência de 'jogo de planilha', que se consolidaria, no futuro, por meio de termos aditivos. Eis excerto do voto condutor do Acórdão 2.540/2008 - Plenário, proferido em processo da relatoria do Exmo. Ministro Valmir Campelo que aborda essa questão:

**'O que de fato esta Corte tem decidido é que, quando não há sobrepreço global, apenas unitário, o contrato é vantajoso para a Administração se as alterações contratuais posteriores não reduzirem significativamente o desconto global obtido originalmente, configurando o jogo de planilha, além de, obviamente, quando é levado a cabo. Estar-se-ia pagando um pouco a mais que o referencial de mercado por alguns itens, mas tal acréscimo seria mais que compensado (ou ao menos equilibrado) pelo preço inferior pago por outro.'**

21. Essa tese de que o sobrepreço unitário não se traduz em sobrepreço global tem sentido desde que o contrato seja 100% executado nos termos inicialmente pactuados, sem a celebração de aditivos posteriores indicativos de jogo de planilha.

22. No presente caso, a situação fática é outra. Chama atenção o fato de o Contrato 01/2011, firmado no valor original de R\$ 61.750.249,68 com a construtora [empresa contratada], ter tido dois aditivos: um relativo a acréscimo de serviços que aumentou o valor contratado em R\$ 6.092.610,02, o equivalente a 9,86% do total original (Peça 106) ; o outro aditivo refere-se à supressão de serviços no montante de R\$ 57.821.447,85, correspondente a 93,9% do valor original (Peça 107) , superando em muito o limite legal de supressão previsto no art. 65, §1º, da Lei 8.666/1993. A título de informação, consta nos autos a notícia por parte da Secretaria Municipal de Infraestrutura de Manaus - Seminf de que será realizada nova licitação com vistas a contratar empresa para executar o remanescente das obras.

23. Conforme aponta a unidade instrutiva, considerando o valor inicial do contrato R\$ 61.750.249,68 somado ao acréscimo de R\$ 6.092.610,02, e deduzido o valor de R\$ 57.821.447,85, tem-se o resultado de R\$ 10.021.411,85, correspondente a 14,78% de execução financeira até o encerramento do contrato.

24. Com a rescisão do contrato, por meio da supressão de serviços remanescentes em percentual significativamente expressivo (supressão de 93,9%), não se pode concluir sobre a ocorrência ou não de sobrepreço/superfaturamento acerca dos serviços efetivamente executados com sobrepreços unitários porque as condições iniciais do ajuste foram modificadas.

25. A sistemática de compensação de sobrepreços unitários de alguns itens de serviços com subpreços unitários de outros (assim entendidos aqueles itens de serviços com preços abaixo dos fixados no sistema referencial adotado) não pode ser implementada no presente caso, porquanto a ruptura do ajuste impede adotar a referida compensação.

26. Assim, a conclusão sobre a ocorrência de eventual superfaturamento decorrente da execução de serviços com sobrepreços unitários depende necessariamente de uma averiguação da execução física da obra comparativamente com os preços dos itens de serviços realizados, de modo a investigar se no percentual executado ocorre a compensação entre sobrepreços e subpreços unitários de itens de serviços, o que afastaria possível superfaturamento.

*27. Considerando que o objeto da auditoria ora em exame foi a verificação da regularidade do edital da Concorrência Pública 31/2010, não se têm nos autos elementos sobre a execução física-financeira das obras, de modo a saber quais itens com sobrepreço unitário foram efetivamente executados e pagos à construtora, a fim de averiguar se houve ou não superfaturamento decorrente do sobrepreço unitário apontado nos diversos itens que compõem a tabela 1 do Relatório de Auditoria constante da Peça 23.*

*28. Nesse contexto, cabe determinar ao Município de Manaus que encaminhe ao Tribunal, em prazo fixado, as planilhas de medição referentes à parte executada das obras do Contrato 01/2011, bem como cópia das respectivas notas fiscais relativas aos pagamentos efetuados à contratada, a fim de que a unidade instrutiva possa examinar a ocorrência de eventual superfaturamento relativo aos itens de serviços que foram efetivamente implementados.*

**Acórdão:**

*9.5. determinar à Secretaria de Fiscalização de Infraestrutura de Aviação Civil e Comunicação - SeinfraAeroTelecom que examine a documentação mencionada no subitem 9.4, manifestando-se sobre eventual ocorrência de superfaturamento oriundo dos sobrepreços unitários apontados na tabela 1 constante do Relatório de Auditoria (Peça 23) ; [...].*

Vemos portanto que, não há qualquer objeção para a não aceitação da Proposta de Preços da empresa recorrente, haja vista que, o valor Global está abaixo do valor estimado e que alguns valores unitários na planilha orçamentária não caracterizam sobre preços no contrato.

Inclusive, todos os itens que constam com valores unitários acima do estimado são itens pequenos, irrelevantes que não alteram em nada o valor final e que facilmente poderiam ser corrigidos pela empresa recorrida, com o reajustamento da planilha orçamentária. Inclusive essa foi a recente decisão do Município de Igarapé, que na data de 03/12/2019, solicitou a empresa que ofertou o melhor preço que reajustasse sua planilha orçamentária, conforme decisão abaixo:

**BRS**

Consultoria e apoio em licitação



PREFEITURA MUNICIPAL DE IGARAPÉ  
ESTADO DE MINAS GERAIS – CNPJ: 18.715.474/0001-85

**ATA Nº.04 – DA TOMADA DE PREÇO 016/2019**

Às 14 (quatorze) horas e 21 (vinte e um) minutos do dia 03 de dezembro de 2019, reuniram-se a Comissão Permanente de Licitação designados pela Portaria 13 de 16 de Janeiro de 2019, publicada em 16 de Janeiro de 2019 para deliberar sobre o processo o Processo Administrativo de Compras nº. 163/2019, Tomada de Preço nº. 016/2019, que tem como objeto a Contratação de Empresa Especializada para Execução de Obras de Construção da Unidade Básica de Saúde (UBS tipo T1A) no bairro Novo Horizonte, neste Município, no prazo de 06 (seis) meses.

**I – DO PARECER DA SECRETARIA MUNICIPAL DE INFRAESTRUTURA E SERVIÇOS URBANOS**

A Secretaria Municipal de Infraestrutura e Serviços Urbanos encaminhou o Memorando 294/2019 com a análise da planilha referente a Tomada de Preço 016/2019 da empresa **SOLUÇÃO ENGENHARIA E ESTRUTURAS METÁLICAS EIRELI – CNPJ: 23.342.609/0001-44**, detentora da menor proposta, em resposta ao Memorando 090/2019 encaminhado pela CPL no dia 28/11/2019.

Conforme parecer do Engenheiro Felipe Guimarães de Aguiar da Secretaria Municipal de Infraestrutura e Serviços Urbanos, empresa **SOLUÇÃO ENGENHARIA E ESTRUTURAS METÁLICAS EIRELI – CNPJ: 23.342.609/0001-44** apresentou os seguintes erros na Planilha de Composição de Custos:

- ❖ O item 06.03 apresentou índice de insumo diferente da planilha oficial;
- ❖ Os itens 09.04 e 09.05 apresentaram composição diferente da planilha oficial;
- ❖ O item 10.34 apresentou em sua composição índices de materiais e itens que não condizem com a realidade;
- ❖ O item 11.09 apresentou em sua composição o valor do insumo ARGAMASSA TRAÇO 1:4 diferente do usado nos itens 05.04 e 7.03.

Tento em vista o entendimento do Tribunal de Contas da União que em vários julgados entende pela possibilidade de permitir que a empresa ofertante da melhor proposta possa corrigir a planilha apresentada durante o certame, desde que essa possibilidade não resulte em aumento do valor total já registrado que serviu de parâmetro comparativo entre os participantes. Vejamos:

Erro no preenchimento da planilha de formação de preço do licitante não constitui motivo suficiente para a desclassificação da proposta, quando a planilha puder ser ajustada sem a necessidade de majoração do preço ofertado. (Acórdão 1.811/2014 – Plenário).



**BRS**

Consultoria e apoio em licitação



**PREFEITURA MUNICIPAL DE IGARAPÉ**  
**ESTADO DE MINAS GERAIS – CNPJ: 18.715.474/0001-85**

A existência de erros materiais ou omissões nas planilhas de custos e preços das licitantes não enseja a desclassificação antecipada das respectivas propostas, devendo a Administração contratantes realizar diligências junto às licitantes para a devida correção das falhas, desde que não seja alterado o valor global proposto. (Acórdão 2.546/2015 – Plenário).

Assim, conforme entendimento do Tribunal de Contas da União, verifica-se que é dever da Administração a promoção de diligências para o saneamento de eventuais falhas na proposta, com a vedação de o licitante majorar o valor inicialmente proposto.

No caso em tela, o ajuste sem a alteração do valor global não representaria apresentação de informações ou documentos novos, mas apenas o detalhamento do preço já fixado na disputa de lances ou comparação de propostas conforme recomenda o Tribunal.

Diante disso, a Comissão Permanente de Licitação em conjunto com a Assessoria Jurídica do Departamento, entende pela possibilidade de permitir que a empresa ofertante da melhor proposta possa corrigir a planilha apresentada durante o certame, desde que essa possibilidade não resulte em aumento do valor total já registrado que serviu de parâmetro comparativo entre os participantes, com base no art.43,§3º da Lei 8.666/93 e decisão do Tribunal de Contas da União.

Salientamos ainda que a oportunidade para correção da planilha **SERÁ ÚNICA**, não tendo a empresa outra oportunidade para correção, portanto solicitamos que se atente aos erros apresentados pela Secretaria Municipal de Infraestrutura e Serviços Urbanos para que sejam todos sanados, assim sendo aproveitado a oportunidade de correção.

**II – DO PRAZO PARA APRESENTAÇÃO DA PLANILHA CORRIGIDA**

Fica convocada a empresa **SOLUÇÃO ENGENHARIA E ESTRUTURAS METÁLICAS EIRELI – CNPJ: 23.342.609/0001-44**, que apresentou o valor global de **R\$710.306,12 (Setecentos e Dez Mil, Trezentos e Seis Reais e Doze Centavos)** para no prazo **IMPRORROGÁVEL de 48 HORAS**, apresente a planilha corrigida de forma que não resulte em aumento do valor total já registrado que serviu de parâmetro comparativo entre os participantes e mantenha os valores apresentados quando se tratar de mesmos itens com base no art.43,§3º da Lei 8.666/93. **Prazo este que termina na próxima QUINTA FEIRA DIA 05/12/2019**. Caso a licitante não tenha interesse em realizar tais correções solicitamos que a mesma se manifeste.

2

**BRS**

Consultoria e apoio em licitação



PREFEITURA MUNICIPAL DE IGARAPÉ  
ESTADO DE MINAS GERAIS – CNPJ: 18.715.474/0001-85



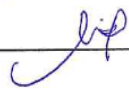
**III – DO RECURSO**

O prazo para apresentação de recurso, só será aberto após parecer da Secretaria Municipal de Infraestrutura e Serviços Urbanos, referente a nova análise da Planilha de Composição de Custos.

**IV – DO ENCERRAMENTO DA SESSÃO**

A Comissão de Licitação lavra a presente ata que será assinada pelos membros designados pela **Portaria 13/2019 de 16 de Janeiro de 2019** e será encaminhada juntamente com o memorando 294/2019 da Secretaria Municipal de Infraestrutura e Serviços Urbanos para os e-mails cadastrados na lista de presença já existente ao processo.

**COMISSÃO DE LICITAÇÃO – PORTARIA 13/2019 DE 16 DE JANEIRO DE 2019**

Nomes	Assinatura
1 – Rafael de Souza e Silva Membro Suplente da Presidente	
2 – Genival dos Santos Araújo Membro	
3 – Mônica Maria de Assis Membro	



Verificamos portanto que, o Município de Igarapé concedeu prazo para que a empresa que ofertou o melhor preços, apresente sua planilha reajustada e corrigida, com base em dois acórdão do TCU.

Vejamos outra decisão do TCU, com relação a ferir Princípio da Economicidade por falhas que podem ser sanáveis:

*TCU entendeu: “**A nosso ver, a regra de que os atos devem ser anulados por ilegalidade – sumulada pelo STF 473 – não é absoluta. No caso de licitações, deve-se verificar se as falhas encontradas são meramente formais ou se, em decorrência delas, foram feridos princípios basilares como a isonomia, a economicidade, a moralidade e a publicidade**”.* Fonte: TCU. Processo nº TC-300.147/1998-8. Decisão nº 640/1999 – Plenário.

Vejamos também, Jurisprudência do STF, quanto a contratação da Proposta mais Vantajosa para a Administração Pública:

*Nota: “**O STF entendeu que se a irregularidade praticada pela licitante vencedora, que não atendeu a formalidade prevista no Edital licitatório, não lhe trouxe vantagem nem implicou prejuízo para os demais participantes, bem como se o vício apontado não interferiu no julgamento objetivo da proposta, não se vislumbra ofensa aos demais princípios exigíveis na atuação da Administração Pública, correta a adjudicação do objeto da licitação à licitante que ofereceu a proposta mais vantajosa, em prestígio do interesse público, escopo da atividade administrativa**”.* Fonte: STF. 1ª Turma. RMS nº 23.714-1/DF. DJ 13 out. 2000. P. 00021.

Não há nenhuma formalidade prevista no Edital que impeça a Administração Pública licitante de autorizar a correção dos itens que estão acima do valor estimado na Planilha Orçamentária da empresa recorrente, pelo contrário, podemos demonstrar que o edital possui essa prerrogativa para a correção dos valores, vejamos:

**“8.7. Erros de soma e/ou multiplicação apurados nas planilhas orçamentárias, de composição de custos e na composição do BDI (subitens 8.1.2, 8.5.1 e 8.5 .2) poderão ser objeto de diligência para correção, de forma a prevalecer, sempre, valor menor ou igual ao preço global constante da Proposta (Anexo II do Edital)”.**

Claramente, vemos que os erros nas planilhas em nada interferem no valor final da obra licitada, por essa razão, a Administração Pública licitante, pode conceder o prazo a empresa que ofertou o melhor preço para que a mesma reajuste sua planilha orçamentária, até porque, se trata da proposta mais vantajosa para o Ministério Público.

A diferença de valor da proposta da empresa recorrente para a empresa classificada em segundo lugar é de R\$ 548.608,88 (quinhentos e quarenta e oito mil seiscentos e oito reais e oitenta e oito centavos). Ou seja, a proposta da empresa recorrente é mais vantajosa e econômica para o órgão licitante. E, como a empresa recorrente comprovou sua qualificação técnica e econômica não há motivos para que o Ministério Público não realize sua contratação, por erros que podem ser sanados.

A Lei 8.666/93, define a conceituação de licitação como sendo a de garantir a seleção da proposta mais vantajosa para a Administração Pública, vejamos:

**Art. 3º A licitação destina-se a garantir a observância do princípio constitucional da isonomia, a seleção da proposta mais vantajosa para a administração** e a promoção do desenvolvimento nacional sustentável e será processada e julgada em estrita conformidade com os princípios básicos da legalidade, da impessoalidade, da moralidade, da igualdade, da publicidade, da probidade administrativa, da vinculação ao instrumento convocatório, do julgamento objetivo e dos que lhes são correlatos.

Ainda, podemos elencar um rol de entendimentos doutrinários de que a Administração Pública, deve sempre optar pela Proposta mais Vantajosa.

Para o insigne jurista, José Afonso da Silva (p.672):

**“O princípio da licitação pública significa que essas contratações ficam sujeitas, como regra, ao procedimento de seleção de propostas mais vantajosas para a Administração Pública. Constitui um princípio instrumental de realização dos princípios da moralidade administrativa e do tratamento isonômico dos eventuais contratantes com o Poder Público”.**

Para Gasparini, Diógenes (2011, p.538), em seu capítulo sobre licitação – aspectos gerais – duas são as finalidades da licitação:

**“Primeiro, visa selecionar a proposta mais vantajosa, que traga os maiores benefícios financeiros aos órgãos licitantes. E em segundo lugar oferecer igual tratamento aos que desejam participar do processo, conforme expresso no art. 3º da L8666/93, oferecendo assim, ao nosso ver, a isonomia necessária e a maior amplitude do número de participantes no certame”.**

É incontestável que nas relações negociais em geral, os contratantes, buscam a melhor proposta. Na Administração Pública não deveria ser diferente. Todavia, enquanto aos particulares essa escolha é totalmente facultativa, pois dispõe livremente dos seus recursos, mesmo se disso resultar um mau negócio, o mesmo não se verifica com entidades governamentais, que estão adstritas à legislação. Portanto, ressaltados alguns casos, sendo obrigadas a realização da Licitação, em busca da proposta mais vantajosa.

A proposta mais vantajosa, especialmente para a Administração pública, ganha mais força e o sentido de dever, pois responde a princípios públicos como o da legalidade, que regula qualquer possibilidade de discricionariedade ampliada, o da supremacia do interesse público, e entre outros.

Doutrinariamente, vantagem tem como substrato a adequação e satisfação do interesse coletivo por via de execução contratual. A maior vantagem possível é

auferida pela conjugação de dois aspectos inter-relacionados. Um dos ângulos relaciona-se com a prestação a ser executada por parte da Administração; o outro vincula-se à prestação a cargo do particular. E a maior vantagem apresenta-se quando a Administração assumir o dever de realizar a prestação menos onerosa e o particular se obrigar a realizar a melhor e mais completa prestação. Fica configurada portanto, uma relação custo-benefício. A maior vantagem corresponde à situação de menor custo e maior benefício para a Administração, com vistas à satisfação dos interesses mais desejados dos seus administrados.

Existe um dever de a Administração adotar a escolha mais eficiente para a exploração dos recursos econômicos de sua titularidade. Portanto e como regra, a licitação visa a obter a solução contratual economicamente mais vantajosa para a administração. (Marçal, Comentários a 8.666, p.61).

A eficiência tão bem explicitada por Niebhur, Jorge de Menezes (p.42), nos remete a nossa análise do tema desse tópico. O respeitado jurista ensina:

**“A eficiência em licitação pública gira em torno de três aspectos fundamentais: preço, qualidade e celeridade. Do princípio da eficiência, mais abrangente, decorrem outros princípios, entre os quais o do justo preço, da seletividade e da celeridade. O do justo preço demanda que a administração não assuma compromissos com preços fora de mercado, especialmente elevados; o da seletividade requer cuidados com a seleção da proposta contratada, relacionando-se diretamente com a qualidade do objeto contratado; o da celeridade significa dizer o tempo que deve-se levar para a conclusão do procedimento licitatório, devendo ser o mais breve possível”.**

O que a Administração Pública não deve fazer é agir com excesso de rigorismo e de formalidade, deixando assim de contratar a empresa que ofertou o melhor preço e que também comprovou excelente qualificação técnica e financeira, ou seja, se apegar a erros passíveis de correção para desclassificar uma proposta financeiramente mais vantajosa.

Com sábias palavras Marçal define a economicidade com a seguinte frase: “A economicidade exige que o estado desembolse o mínimo e obtenha o máximo e o melhor”. (Marçal, Comentários a 8.666, p.61,62).

São frequentes as decisões do **TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO** que prestigiam a adoção do princípio do formalismo moderado e a possibilidade de saneamento de falhas ao longo do procedimento licitatório.

Resumidamente, o formalismo moderado se relaciona a ponderação entre o princípio da eficiência e o da segurança jurídica, ostentando importante função no cumprimento dos objetivos descritos no art. 3º da lei de licitações: busca da proposta mais vantajosa para a Administração, garantia da isonomia e promoção do desenvolvimento nacional sustentável.

Nesse sentido, orienta o TCU no acórdão 357/2015-Plenário:

**“No curso de procedimentos licitatórios, a Administração Pública deve pautar-se pelo princípio do formalismo moderado, que prescreve a adoção de formas simples e suficientes para propiciar adequado grau de certeza, segurança e respeito aos direitos dos administrados, promovendo, assim, a prevalência do conteúdo sobre o formalismo extremo, respeitadas, ainda, as praxes essenciais à proteção das prerrogativas dos administrados”.**

E também nos Acórdãos 2.302/2012 e 8.482/2013, do **TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO – TCU**:

**“Rigor formal no exame das propostas dos licitantes não pode ser exagerado ou absoluto, sob pena de desclassificação de propostas mais vantajosas, devendo as simples omissões ou irregularidades na documentação ou na proposta, desde que irrelevantes e não causem prejuízos à Administração ou aos concorrentes, serem sanadas mediante diligências”.** (Acórdão 2302/2012-Plenário)

**“O disposto no caput do art. 41 da Lei 8.666/1993, que proíbe a Administração de descumprir as normas e o edital, deve ser aplicado mediante a consideração dos princípios basilares que norteiam o procedimento licitatório, dentre eles o da seleção da proposta mais vantajosa”.** (Acórdão 8482/2013-1ª Câmara)

Portanto, após trazidos vários entendimentos doutrinários, decisões de órgãos superiores e as Leis que regem as licitações, no discorrer do recurso, requeremos que seja imediatamente declarada classificada e vencedora a Proposta de Preços da empresa **SUPERENGE SERVICOS E CONSTRUÇÃO LTDA – EPP**, tendo em vista ser a Proposta mais Vantajosa economicamente e por conter erros passíveis de correção.

#### **IV – DAS CONSIDERAÇÕES FINAIS**

##### **4.1. DO DEVER DA AUTOTUTELA DA ADMINISTRAÇÃO EM REVER ATOS ILEGAIS A QUALQUER TEMPO:**

A licitação pública é um procedimento obrigatório para o Poder Público quando pretende realizar contratos para adquirir, locar, alienar bens, contratar a execução de obras ou serviços.

Nesse contexto, os princípios da legalidade, da moralidade, da impessoalidade e da isonomia assumem importante papel para inibir e auxiliar no controle de atos que conflitem com essa finalidade pública da licitação. (VERÍSSIMO. Dijonilson Paulo Amaral. **Princípios gerais e específicos da licitação**. Âmbito Jurídico. (Disponível <[http://www.ambitojuridico.com.br/site/index.php?n\\_link=revista\\_artigos\\_leitura&artigo\\_id=12955&revista\\_caderno=4](http://www.ambitojuridico.com.br/site/index.php?n_link=revista_artigos_leitura&artigo_id=12955&revista_caderno=4)> Acesso em: 14 Ago 2017).

Sabedores do empenho e compromisso desta Administração com o presente certame, e do princípio da vinculação ao instrumento convocatório, necessário esclarecer que de todo modo, o dever da autotutela deve prevalecer, sob pena de perpetuar atos ilegais e potencialmente ampliar os prejuízos públicos envolvidos.

O princípio da autotutela sempre foi observado no seio da Administração Pública, e está contemplado na Súmula nº 473 do STF, vazada nos seguintes termos:

*"A Administração pode anular seus próprios atos quando eivados de vícios que os tornem ilegais, porque deles não se originam direitos; ou revogá-los, por motivo de conveniência ou oportunidade, respeitados os direitos adquiridos, e ressalvada, em qualquer caso, a apreciação judicial".*

Ainda, temos a Súmula nº 346 do STF:

*"A administração pública pode declarar a nulidade dos seus próprios atos."*

Por fim, a **LEI FEDERAL N.º 8.666/93** assim dispõe:

*"Art. 49. A autoridade competente para a aprovação do procedimento somente poderá revogar a licitação por razões de interesse público decorrente de fato superveniente devidamente comprovado, pertinente e suficiente para justificar tal conduta, devendo anulá-la por ilegalidade, de ofício ou por provocação de terceiros, mediante parecer escrito e devidamente fundamentado. "*

Assim, os procedimentos adotados no presente processo de licitação, contrariam frontalmente o instrumento convocatório, a Lei de Licitações, e demais legislações aplicáveis, conforme exposto no decorrer do presente recurso, necessário se faz a imediata revisão da decisão de habilitar as empresa recorrida, sob pena de perpetuarem a ilegalidade e iminentes riscos a obtenção da proposta mais vantajosa à Administração.

Desse modo, a Administração Pública licitadora, impulsionada pelo dever do autocontrole, tem, ao analisar a ilegalidade dos atos, pautar-se naqueles que ferem o interesse público, como o presente, e, independentemente do presente recurso, deve a Comissão Permanente de Licitação anular os atos de ofício, exclusivamente em garantia da observância dos deveres da Administração Pública e do direito dos administrados.



Assim sendo, ato administrativo praticado com afronta à lei deverá ser decretado inválido pela própria administração autora do ato ou pelo Poder Judiciário, mediante provocação. É esse o sentido do artigo 49 da Lei Federal n.º 8.666/93.

Diante do exposto, requeremos que seja declarado nulo o ato que habilitou as empresas recorridas no presente processo, pela Comissão Permanente de Licitação, em face da constatação de irregularidade/ilegalidade, que impede os efeitos dos atos praticados, em desconformidade com as normas legais vigentes e aplicáveis.

## **V - DOS PEDIDOS**

É sabido que o Administrador tem o dever de seguir a lei buscando a transparência dos atos praticados e uma atuação contrária fere os princípios da legalidade, da isonomia, vinculação ao instrumento convocatório, procedimento formal/formalismo.

A presente manifestação faz uma contextualização fática e documental com base nos procedimentos adotados no Processo Licitatório em sub exame, adotando como metodologia um paralelo com as disposições legais acerca do tema em questão.

Em face do exposto, e, com base nos argumentos invocados, legislações, posicionamento doutrinários e jurisprudências citados, com o propósito de COMBATER a (s) irregularidade (s) e ilegalidade apontada, **REQUER** na forma da Lei, o acolhimento e provimento do presente **RECURSO ADMINISTRATIVO**, como **consequência seja:**

**I – SEJA REFORMADA A DECISÃO DESTA COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO DO MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MINAS GERAIS, E, POR CONSEQUINTE, SEJA ANULADO O ATO QUE DECLAROU DESCLASSIFICADA A PROPOSTA DE PREÇOS DA EMPRESA SUPERENGE SERVIÇOS E CONSTRUÇÃO LTDA – EPP, pelos fundamentos expostos no subitem 3.4, do presente recurso declarando-a VENCEDORA, da presente licitação.**

**Requeremos ainda:**

Seja provido, em todos os seus termos, o presente recurso, como forma de imposição e prevalência da lei, da doutrina e dos princípios da legalidade, moralidade, e os demais princípios aplicáveis às licitações públicas, expressos no artigo 37, da Constituição Federal e no artigo 3ª da Lei Federal n.º 8.666/93.

Seja devidamente motivada a decisão tomada, caso se entenda pela manutenção da decisão da Comissão Permanente de Licitação, devendo o julgador apontar os fundamentos de direito e de fato, conforme determinado pelo Princípio da Motivação dos Atos e Decisões Administrativas.

Em caso de prosperar outro entendimento por parte desta Comissão Permanente de Licitação, requer seja o presente encaminhado à apreciação da autoridade superior do órgão licitante, para que, em última análise, decida sobre seu mérito, em conformidade com o § 4º, do art. 109, da Lei Federal nº 8666/93, observando-se ainda o disposto no § 3º do mesmo artigo.

Nestes Termos, pede e espera deferimento.

**Belo Horizonte, em 04 de dezembro de 2019.**



**SUPERENGE SERVIÇOS E CONSTRUÇÃO LTDA - EPP**  
**FABRÍCIO ANTÔNIO ANTUNES**  
**REPRESENTANTE CONSTITUÍDO**

**BRS**

Consultoria e apoio em licitação

## **- ANEXO I - DOC. 1 – REPRESENTAÇÃO PROCESSUAL –**




### **PROCURAÇÃO**

Pelo presente instrumento particular de Procuração **SUPERENGE SERVIÇOS E CONSTRUÇÃO LTDA**, CNPJ: 11.184.198/0001-27, sediada na Rua Diana, nº 643 A, Bairro Ana Lúcia no município de Sabará, no Estado de Minas Gerais, CEP: 34.710-210, neste ato representada pelo seu sócio-proprietário, Sr. **Marcos Ferreira dos Reis** inscrito no CPF nº 816.563.276-00 e portador da carteira de identidade nº MG4396298 expedida pela Secretaria de Segurança Pública de Minas Gerais, Brasileiro, Vendedor, Casado, residente na Rua Potomaio, nº 973 A Bairro São Geraldo no município de Belo Horizonte no Estado de Minas Gerais, CEP: 31.050-270 nomeia e constitui seus bastantes Procuradores os **Srs. FABRÍCIO ANTONIO ANTUNES**, brasileiro, empresário, casado, inscrito no CPF sob o nº. 838.493.606-44, e portador da carteira de identidade M-6.359.577 expedida pela SSP/MG, com endereço profissional na Av. Nossa Senhora de Fátima, nº 2576, Bairro Carlos Prates no município de Belo Horizonte no Estado de Minas Gerais, CEP 30.710-020, a **Sra. AMANDA XAVIER RIBEIRO**, brasileira, casada, empresária, portadora da carteira de identidade nº M-8.537.928 expedida pela SSP/MG, inscrita no CPF sob o nº 038.287.856-62 com endereço profissional na Av. Nossa Senhora de Fátima, nº 2576, Bairro Carlos Prates no município de Belo Horizonte, no Estado de Minas Gerais, CEP: 30.710-020, e o **Sr. MARCOS ANTONIO GUERRA JUNIOR**, brasileiro, solteiro, empresário, portador da carteira de identidade nº M-8.329.025, expedida pela SSP/MG, inscrito no CPF sob o nº 035.405.466-00 com endereço profissional na Av. Nossa Senhora de Fátima, nº 2576, Bairro Carlos Prates, no município de Belo Horizonte, no Estado de Minas Gerais, CEP 30.710-020, a quem confere amplos poderes para representar a empresa supracitada diante das empresas do SISTEMA S, ONG's e OSCIP's, Órgãos Públicos da Administração Direta, em todas as esferas do poder, da Administração Pública Indireta: Autarquias, Empresas Públicas, Sociedades de Economia Mista, Fundações Públicas e Instituições, Empresas Privadas, Conselhos Regionais, podendo tomar quaisquer decisões durante todas as fases da licitação, inclusive assinar e apresentar proposta de preço, assinar quaisquer declarações, formular verbalmente lances, manifestar a intenção de interpor recurso, desistir expressamente da intenção de interpor recurso, assinar a Ata da Sessão, prestar todos os esclarecimentos solicitados pelo pregoeiro e/ou presidente da Comissão Permanente e Especial de Licitação, assinar recursos, contrarrazões, ofícios, notificações, defesas, contratos, atas, denúncias, decidir sobre prorrogações de prazo, reequilíbrio econômico-financeiro, reajustes e quaisquer manifestação e pedidos referente aos processos licitatórios, manifestar perante o Ministério Público Estadual ou Federal, Tribunais de Conta, Câmaras Municipais, Assembleias Legislativas e demais órgãos fiscalizadores dos Processos Licitatórios, bem como prestar esclarecimentos a estes, em nome da outorgante. Enfim, praticar todos os atos pertinentes ao cumprimento do processo licitatório e ligados a ele em nome da outorgante, podendo ainda, qualquer um dos procuradores acima, substabelecer em parte ou todo, os poderes conferidos neste instrumento.

Por ser verdade, firmo a presente procuração para que se produzam os efeitos legais.

Validade 06 meses após esta data

Sabará, 07 de outubro de 2019.

  
**Superenge Serviços e Construção Ltda.**  
**CNPJ: 11.184.198/0001-27**  
**Marcos Ferreira dos Reis/ CPF nº 816.563.276-00**

**SUPERENGE SERVIÇOS E CONSTRUÇÃO EPP** | Rua Diana, 643 A - Bairro Ana Lucia - Sabará - MG CEP: 34710-210 Telefone: (31) 3466-5371 - [www.superenge.com.br](http://www.superenge.com.br)



**BRS**

Consultoria e apoio em licitação

CARTÓRIO DE REGISTRO CIVIL DAS PESSOAS NATURAIS E TABELIÃO  
Av. Contagem, 1804 - Lj. 01 - B. Ana Lúcia - Dist. Carv. de Brito  
Sabará - MG - Tel.: (31) 3468-8806

Reconheço por SEMELHANÇA a(s) firma(s) de MARCOS  
FERREIRA DOS REIS.  
Sabará - MG, 14/10/2019  
Dxi fe. Em testemunho da verdade.  
TAINARA GONCALVES DE JESUS - ESCRIVENTE AUTORIZADA  
EINTOL. 5,00 REC. 0,30 TFCJ 1,65 ISS 0,10 TOTAL: 7,05

Cartório de Registro Civil e Notas  
Berto Moreira  
Rodrigues  
TABELIÃO

Selo de fiscalização  
RECONHECIMENTO DE FIRMA  
CUC 71029







**BRS**

Consultoria e apoio em licitação



**BRS**

Consultoria e apoio em licitação

 <b>Ministério da Economia</b> Secretaria de Governo Digital Departamento Nacional de Registro Empresarial e Integração Secretaria de Estado de Fazenda de Minas Gerais			Nº DO PROTOCOLO (Uso da Junta Comercial)	
NIRE (da sede ou filial, quando a sede for em outra UF)	Código da Natureza Jurídica	Nº de Matrícula do Agente Auxiliar do Comércio		
31208591881	2062			
<b>1 - REQUERIMENTO</b>				
ILMO(A). SR.(A) PRESIDENTE DA Junta Comercial do Estado de Minas Gerais				
Nome: <u>SUPERENGE SERVICOS E CONSTRUCAO LTDA - EPP</u> (da Empresa ou do Agente Auxiliar do Comércio)				
requer a V.Sª o deferimento do seguinte ato:			Nº FCN/REMP  MGP1900375406	
Nº DE VIAS	CÓDIGO DO ATO	CÓDIGO DO EVENTO	QTDE	DESCRIÇÃO DO ATO / EVENTO
1	002			ALTERACAO
		2244	1	ALTERACAO DE ATIVIDADES ECONOMICAS (PRINCIPAL E SECUNDARIAS)
		2247	1	ALTERACAO DE CAPITAL SOCIAL
		2003	1	ALTERACAO DE SOCIO/ADMINISTRADOR
SABARA Local			Representante Legal da Empresa / Agente Auxiliar do Comércio:	
5 Julho 2019 Data			Nome: _____ Assinatura: _____ Telefone de Contato: _____	
<b>2 - USO DA JUNTA COMERCIAL</b>				
<input type="checkbox"/> DECISÃO SINGULAR <input type="checkbox"/> DECISÃO COLEGIADA				
Nome(s) Empresarial(ais) igual(ais) ou semelhante(s):			Processo em Ordem À decisão	
<input type="checkbox"/> SIM _____ _____			_____/_____/_____ Data	
<input type="checkbox"/> NÃO _____ Data Responsável			<input type="checkbox"/> NÃO _____ Data Responsável	
<b>DECISÃO SINGULAR</b>				
<input type="checkbox"/> Processo em exigência. (Vide despacho em folha anexa)		2ª Exigência	3ª Exigência	4ª Exigência
<input type="checkbox"/> Processo deferido. Publique-se e arquite-se.		<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
<input type="checkbox"/> Processo indeferido. Publique-se.				
		_____/_____/_____ Data Responsável		
<b>DECISÃO COLEGIADA</b>				
<input type="checkbox"/> Processo em exigência. (Vide despacho em folha anexa)		2ª Exigência	3ª Exigência	4ª Exigência
<input type="checkbox"/> Processo deferido. Publique-se e arquite-se.		<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
<input type="checkbox"/> Processo indeferido. Publique-se.				
_____/_____/_____ Data		Vogal	Vogal	Vogal
		Presidente da _____ Turma		
<b>OBSERVAÇÕES</b>				



Junta Comercial do Estado de Minas Gerais  
Certifico registro sob o nº 7378271 em 09/07/2019 da Empresa SUPERENGE SERVICOS E CONSTRUCAO LTDA - EPP, Nire 31208591881 e protocolo 192840002 - 08/07/2019. Autenticação: D3E79BA0237219412BD339A240BAEC7594A249D. Marinely de Paula Bomfim - Secretária-Geral. Para validar este documento, acesse <http://www.jucemg.mg.gov.br> e informe nº do protocolo 19/284.000-2 e o código de segurança pNF9. Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 09/07/2019 por Marinely de Paula Bomfim - Secretária-Geral.

  
MARINELY DE PAULA BOMFIM  
SECRETÁRIA-GERAL

pág. 1/9

**BRS**

Consultoria e apoio em licitação

**JUNTA COMERCIAL DO ESTADO DE MINAS GERAIS**

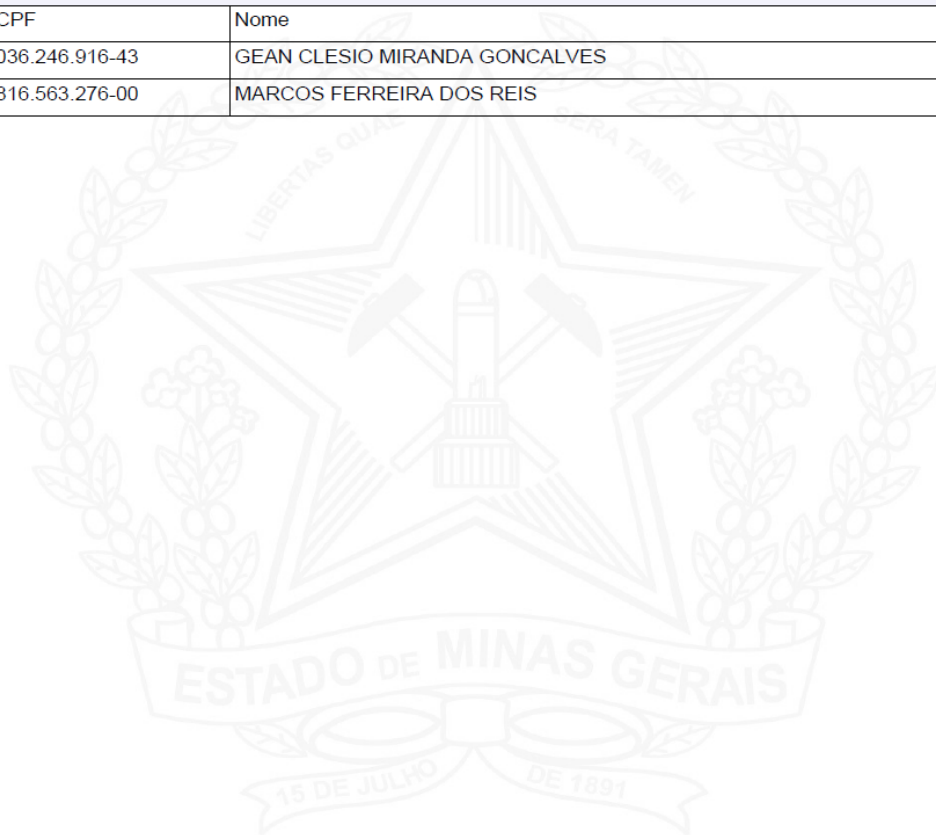
Registro Digital

## Capa de Processo

Identificação do Processo		
Número do Protocolo	Número do Processo Módulo Integrador	Data
19/284.000-2	MGP1900375406	02/07/2019

Identificação do(s) Assinante(s)	
CPF	Nome
036.246.916-43	GEAN CLESIO MIRANDA GONCALVES
816.563.276-00	MARCOS FERREIRA DOS REIS

Junta Comercial do Estado de Minas Gerais



Página 1 de 1



Junta Comercial do Estado de Minas Gerais

Certifico registro sob o nº 7378271 em 09/07/2019 da Empresa SUPERENGE SERVICOS E CONSTRUCAO LTDA - EPP, Nire 31208591881 e protocolo 192840002 - 08/07/2019. Autenticação: D3E79BA0237219412BD339A240BAEC7594A249D. Marinely de Paula Bomfim - Secretária-Geral. Para validar este documento, acesse <http://www.jucemg.mg.gov.br> e informe nº do protocolo 19/284.000-2 e o código de segurança pNF9. Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 09/07/2019 por Marinely de Paula Bomfim – Secretária-Geral.

  
MARINELY DE PAULA BOMFIM  
SECRETÁRIA-GERAL

pág. 2/9



**INSTRUMENTO PARTICULAR DE ALTERAÇÃO CONTRATUAL CONSOLIDADA DA  
SOCIEDADE EMPRESÁRIA LTDA**

**SUPERENGE SERVIÇOS E CONSTRUÇÃO LTDA  
CNPJ 11.184.198/0001-27  
Terceira alteração contratual**

**MARCOS FERREIRA DOS REIS**, brasileiro, casado em comunhão parcial de bens, Vendedor, natural de Belo Horizonte - MG, nascido aos 19/02/1970, portador da Carteira de Identidade nº MG-4.396.298 expedida pela SSP/MG e do CPF nº 816.563.276-00, residente e domiciliado à Rua Potumaio, nº 973, Bairro São Geraldo, Belo Horizonte – MG CEP 31.050-270 e **GEAN CLESIO MIRANDA GONÇALVES**, brasileiro, casado em comunhão parcial de bens, Engenheiro Eletricista natural de Felizburgo - MG, nascido aos 19/04/1979, portador da Carteira de Identidade nº M-9.331.997 e do CPF nº. 036.246.916-43, residente e domiciliado à Rua Ramos de Lima n.º 30 Apto 401, Bairro Boa Vista, Belo Horizonte – MG CEP 31.060-180, únicos sócios componentes da sociedade empresária limitada **“SUPERENGE SERVIÇOS E CONSTRUÇÃO LTDA”** CNPJ 11.184.198/0001-27, registrada na JUCEMG sob n.º 31208591881 em 28/09/2009 e alterações posteriores, resolvem alterar seu contrato, que se regerá pelas cláusulas seguintes e, nas omissões, pela legislação específica que disciplina essa forma:

- 1- Alterar o capital social
- 2- Alterar o objeto social
- 3- Consolidar num só texto o Contrato Social em vigor

**CLAÚSULA PRIMEIRA  
DO CAPITAL SOCIAL**

O Capital social passa a ser R\$590.000,00 (quinhentos e noventa mil Reais) divididos em 590.000 (quinhentas e noventa mil) quotas no valor unitário de R\$1,00 (Um real), totalmente integralizado pelos sócios, utilizando parte do saldo da conta Lucros Acumulados:

<b>Marcos Ferreira dos Reis</b>	<b>295.000 quotas</b>	<b>R\$295.000,00 (50%)</b>
<b>Gean Clésio Miranda Gonçalves</b>	<b>295.000 quotas</b>	<b>R\$295.000,00 (50%)</b>
<b>Total</b>	<b>590.0000 quotas</b>	<b>R\$590.000,00</b>

**CLAÚSULA SEGUNDA  
DA ALTERAÇÃO DE OBJETO SOCIAL**

O objeto social passa a ser: Intermediação e agenciamento de serviços e negócios inerentes a construção civil e informática, elaboração de anteprojetos, projetos básicos e executivos de instalações elétricas, rede de informática, telefônicas e infraestrutura tecnológica, sistema de detecção e combate de incêndio, projeto topográfico, de arquitetura e engenharia civil, execução por administração, empreitada ou sub empreitada de obras e serviços de engenharia de infraestrutura tecnológica e civil, instalações elétricas, redes de informática, automação predial, sistemas de incêndio, serviços de topografia, tudo com emprego de materiais e mão de obra e respectivos serviços de consultoria e manutenção nos Serviços acima elencados, venda de materiais e equipamentos relacionados aos serviços prestados acima, manutenção e conservação predial e locação de mão de obra para terceiros.



Junta Comercial do Estado de Minas Gerais

Certifico registro sob o nº 7378271 em 09/07/2019 da Empresa SUPERENGE SERVICOS E CONSTRUCAO LTDA - EPP, Nire 31208591881 e protocolo 192840002 - 08/07/2019. Autenticação: D3E79BA0237219412BD339A240BAEC7594A249D. Marinely de Paula Bomfim - Secretária-Geral. Para validar este documento, acesse <http://www.jucemg.mg.gov.br> e informe nº do protocolo 19/284.000-2 e o código de segurança pNF9. Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 09/07/2019 por Marinely de Paula Bomfim – Secretária-Geral.

  
MARINELY DE PAULA BOMFIM  
SECRETÁRIA-GERAL

pág. 3/9

**BRS**

Consultoria e apoio em licitação

**CLÁUSULA TERCEIRA  
DA CONSOLIDAÇÃO DO CONTRATO SOCIAL**

Processada a alteração acima, o Contrato Social passa a vigorar com a seguinte redação:

**CONTRATO SOCIAL CONSOLIDADO****CLÁUSULA PRIMEIRA  
DA NATUREZA JURÍDICA, DENOMINAÇÃO, SEDE E FORO**

A Sociedade é empresária limitada, com a denominação social de “**SUPERENGE SERVIÇOS E CONSTRUÇÃO LTDA**”, tendo por nome fantasia a designação de **SUPERENGE** e sua sede é na cidade de Sabará, MG, à Rua Diana n.º 643 A, Bairro Ana Lúcia CEP 34.710-210

**Parágrafo Único:** Fica facultado a abertura de outras filiais ou escritórios em qualquer parte do território nacional, ficando eleito o foro da comarca de Belo Horizonte – MG, para ajuizamento de quaisquer ações pertinentes à sociedade.

**CLÁUSULA SEGUNDA  
DOS OBJETIVOS SOCIAIS**

A sociedade tem o seguinte objetivo social:

- Intermediação e agenciamento de serviços e negócios inerentes a construção civil e informática;
- Elaboração de anteprojetos, projetos básicos e executivos de instalações elétricas, rede de informática, telefônicas e infraestrutura tecnológica, sistema de detecção e combate de incêndio, projeto topográfico, de arquitetura e engenharia civil;
- Execução por administração, empreitada ou sub empreitada de obras e serviços de engenharia de infraestrutura tecnológica e civil, instalações elétricas, redes de informática, automação predial, sistemas de incêndio, serviços de topografia, tudo com emprego de materiais e mão de obra e respectivos serviços de consultoria e manutenção nos Serviços acima elencados;
- Venda de materiais e equipamentos relacionados aos serviços prestados acima;
- Manutenção e conservação predial e locação de mão de obra para terceiros.

**CLÁUSULA TERCEIRA  
DO CAPITAL SOCIAL**

O Capital social é R\$590.000,00 (quinhentos e noventa mil Reais) divididos em 590.000 (quinhentas e noventa mil) quotas no valor unitário de R\$1,00 (Um real) , totalmente integralizado pelos sócios:

<b>Marcos Ferreira dos Reis</b>	<b>295.000 quotas</b>	<b>R\$295.000,00 (50%)</b>
<b>Gean Clésio Miranda Gonçalves</b>	<b>295.000 quotas</b>	<b>R\$295.000,00 (50%)</b>
<b>Total</b>	<b>590.0000 quotas</b>	<b>R\$590.000,00</b>

**Parágrafo Único:** A responsabilidade de cada sócio é restrita ao valor de suas quotas, mas todos respondem solidariamente pela integralização do capital social, na forma da Lei (art. 1052 CC/2002).



Junta Comercial do Estado de Minas Gerais

Certifico registro sob o nº 7378271 em 09/07/2019 da Empresa SUPERENGE SERVICOS E CONSTRUCAO LTDA - EPP, Nire 31208591881 e protocolo 192840002 - 08/07/2019. Autenticação: D3E79BA0237219412BD339A240BAEC7594A249D. Marinely de Paula Bomfim - Secretária-Geral. Para validar este documento, acesse <http://www.jucemg.mg.gov.br> e informe nº do protocolo 19/284.000-2 e o código de segurança pNF9 Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 09/07/2019 por Marinely de Paula Bomfim – Secretária-Geral.

MARINELY DE PAULA BOMFIM  
SECRETÁRIA-GERAL

pág. 4/9

**BRS**

Consultoria e apoio em licitação

**CLÁUSULA QUARTA****DA ADMINISTRAÇÃO, DO USO DA DENOMINAÇÃO SOCIAL**

A administração da sociedade competirá a ambos os sócios, que assinarão em conjunto ou isoladamente pela sociedade, aos quais são delegados os poderes de assinar pela sociedade, sendo, portanto vedado expressamente seu uso em negócio estranho aos fins sociais quer em proveito próprio ou de terceiros, sob pena de nulidade, cabendo à mesma a representação da sociedade judicial ou extrajudicial, bem como perante as instituições bancárias e financeiras, fornecedores, clientes em geral, autarquias e demais repartições públicas federais, estaduais e municipais, enfim todas as relações junto a terceiros.

**Parágrafo Primeiro:** No caso específico de venda, alienação, hipoteca, penhora de bens móveis ou imóveis da sociedade, serão obrigatoriamente exigidas as assinaturas de todos os sócios.

**Parágrafo segundo:** Ficam expressamente proibidos os sócios de servirem de avalistas, como pessoa física, exceto quando se tratar de negócios de interesse da sociedade.

**CLÁUSULA QUINTA****DO PRAZO DE DURAÇÃO**

O prazo de duração da sociedade é indeterminado e o início das atividades se deu em 28/09/2009.

**CLÁUSULA SEXTA****DA RETIRADA “PRO LABORE”**

Aos sócios com cargo de diretor poderá ser creditado honorário mensal a título de Pró-Labore, estabelecido de comum acordo entre os sócios, importância esta que será levada a débito de “despesas administrativas”.

**CLÁUSULA SÉTIMA****DO EXERCÍCIO SOCIAL E SEU RESULTADO**

O exercício social é coincidente com o ano civil e pelo Balanço Geral de 31 de Dezembro de cada ano e, na proporção da participação societária de cada um, serão distribuídos os resultados correspondentes ao período ou serão mantidos em suspenso por deliberação dos sócios em reunião convocada pela diretoria.

**Parágrafo Primeiro:** A sociedade poderá, por deliberação dos sócios, levantar balanços intermediários, ficando desde já autorizada a capitalização e/ou distribuição dos resultados assim apurados.

**Parágrafo Segundo:** Mensalmente poderá ser pactuada a distribuição dos lucros que por ventura vier a ser apurado pela contabilidade e distribuídos também mensalmente a cada um deles em função da participação nos mesmos, considerando-se os compromissos financeiros da sociedade.

**CLÁUSULA OITAVA****DA TRANSFERÊNCIA DE QUOTAS SOCIAIS**

Os sócios não poderão ceder ou transferir a terceiros suas quotas, total ou parcialmente, sem anuência dos demais, sob pena de ineficácia da cessão, ficando, destarte ressalvado o direito de preferência em igualdade de condições com terceiros.



Junta Comercial do Estado de Minas Gerais

Certifico registro sob o nº 7378271 em 09/07/2019 da Empresa SUPERENGE SERVICOS E CONSTRUCAO LTDA - EPP, Nire 31208591881 e protocolo 192840002 - 08/07/2019. Autenticação: D3E79BA0237219412BD339A240BAEC7594A249D. Marinely de Paula Bomfim - Secretária-Geral. Para validar este documento, acesse <http://www.jucemg.mg.gov.br> e informe nº do protocolo 19/284.000-2 e o código de segurança pNF9. Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 09/07/2019 por Marinely de Paula Bomfim – Secretária-Geral.

MARINELY DE PAULA BOMFIM  
SECRETÁRIA-GERAL

pág. 5/9



**BRS**

Consultoria e apoio em licitação

**CLÁUSULA NONA  
DA SUCESSÃO**

Em caso de interdição ou falecimento de quaisquer dos sócios, a sociedade não se dissolverá, nem se extinguirá, devendo o sócio remanescente apurar os haveres do falecido ou interditado, através de Balanço a ser levantado dentro de no máximo trinta dias do evento.

**Parágrafo Único:** As quotas pertencentes ao sócio falecido ou interditado serão repartidas, na forma da lei, entre os legítimos herdeiros.

**CLÁUSULA DÉCIMA  
DA LIQUIDAÇÃO**

A sociedade somente entrará em liquidação nos casos específicos previstos em Lei.

**CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA  
DA DECLARAÇÃO DA LEI 8.934/94**

Os signatários de presente instrumento declaram expressamente que não se acham incursos nas proibições previstas na Lei Federa. n.º 8.934/94, e para os efeitos do disposto no art. 1.011 CC/2002, declaram sob as penas da Lei que não estão impedidos, por Lei especial, e nem condenado ou encontra-se sob os efeitos da condenação, a pena que vede, ainda que temporariamente, o acesso a cargos públicos; ou por crime falimentar, de prevaricação, peita ou suborno, concussão, peculato; ou contra a economia popular, contra o sistema financeiro nacional, contra as normas de defesa da concorrência, contra as relações de consumo, a fé pública ou a propriedade, impeditivas do registro deste documento.

E, por estarem assim justos e combinados, assinam o presente Instrumento Particular de Constituição da Sociedade Empresária, em 03 (três) vias de igual forma e teor, indo a 1ª (primeira) via a arquivamento na Junta Comercial do Estado de Minas Gerais.

Sabará, 01 de julho de 2019

**MARCOS FERREIRA DOS REIS**

**GEAN CLÉSIO MIRANDA GONÇALVES**



Junta Comercial do Estado de Minas Gerais

Certifico registro sob o nº 7378271 em 09/07/2019 da Empresa SUPERENGE SERVICOS E CONSTRUCAO LTDA - EPP, Nire 31208591881 e protocolo 192840002 - 08/07/2019. Autenticação: D3E79BA0237219412BD339A240BAEC7594A249D. Marinely de Paula Bomfim - Secretária-Geral. Para validar este documento, acesse <http://www.jucemg.mg.gov.br> e informe nº do protocolo 19/284.000-2 e o código de segurança pNF9. Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 09/07/2019 por Marinely de Paula Bomfim – Secretária-Geral.

MARINELY DE PAULA BOMFIM  
SECRETARIA-GERAL

pág. 6/9

**BRS**

Consultoria e apoio em licitação

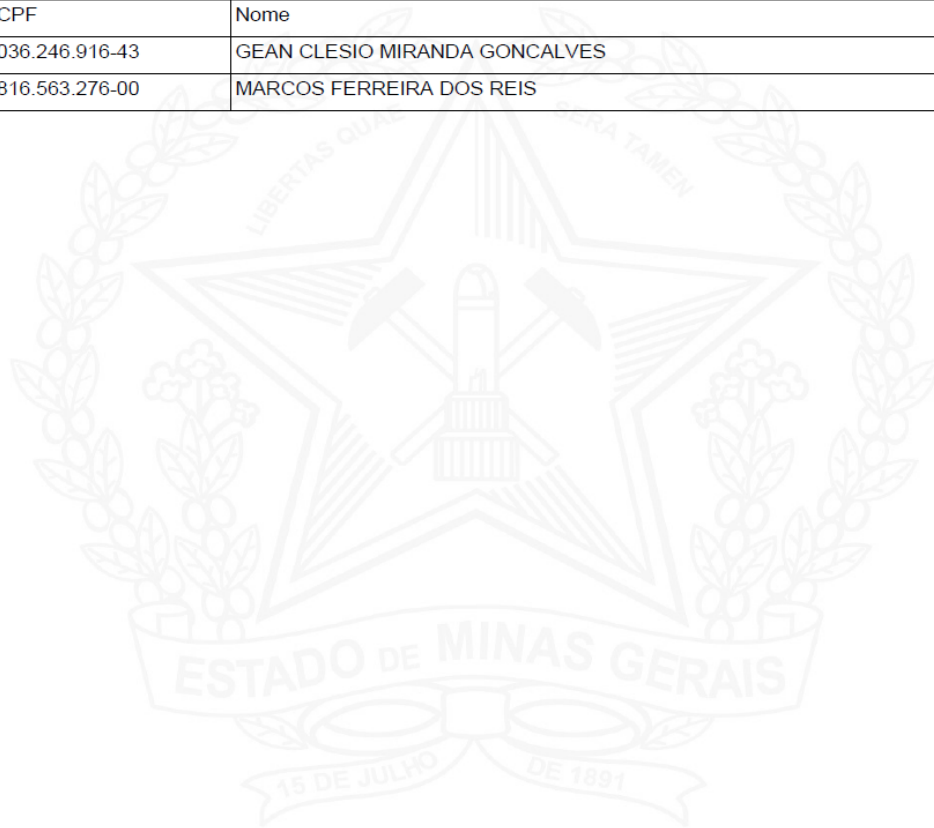
**JUNTA COMERCIAL DO ESTADO DE MINAS GERAIS**  
Registro Digital

## Documento Principal

Identificação do Processo		
Número do Protocolo	Número do Processo Módulo Integrador	Data
19/284.000-2	MGP1900375406	02/07/2019

Identificação do(s) Assinante(s)	
CPF	Nome
036.246.916-43	GEAN CLESIO MIRANDA GONCALVES
816.563.276-00	MARCOS FERREIRA DOS REIS

Junta Comercial do Estado de Minas Gerais



Página 1 de 1



Junta Comercial do Estado de Minas Gerais

Certifico registro sob o nº 7378271 em 09/07/2019 da Empresa SUPERENGE SERVICOS E CONSTRUCAO LTDA - EPP, Nire 31208591881 e protocolo 192840002 - 08/07/2019. Autenticação: D3E79BA0237219412BD339A240BAEC7594A249D. Marinely de Paula Bomfim - Secretária-Geral. Para validar este documento, acesse <http://www.jucemg.mg.gov.br> e informe nº do protocolo 19/284.000-2 e o código de segurança pNF9. Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 09/07/2019 por Marinely de Paula Bomfim - Secretária-Geral.

  
MARINELY DE PAULA BOMFIM  
SECRETÁRIA-GERAL

pág. 7/9

**BRS**

Consultoria e apoio em licitação

Junta Comercial do Estado de Minas Gerais



Sistema Nacional de Registro de Empresas Mercantil - SINREM  
 Governo do Estado de Minas Gerais  
 Secretaria de Estado da Fazenda de Minas Gerais  
 Junta Comercial do Estado de Minas Gerais

**TERMO DE AUTENTICAÇÃO - REGISTRO DIGITAL**

Certifico que o ato, assinado digitalmente, da empresa SUPERENGE SERVICOS E CONSTRUCAO LTDA - EPP, de nire 3120859188-1 e protocolado sob o número 19/284.000-2 em 08/07/2019, encontra-se registrado na Junta Comercial sob o número 7378271, em 09/07/2019. O ato foi deferido digitalmente pelo examinador Raquel Vicente Coelho.

Assina o registro, mediante certificado digital, a Secretária-Geral, Marinely de Paula Bomfim. Para sua validação, deverá ser acessado o site eletrônico do Portal de Serviços / Validar Documentos (<https://portalservicos.jucemg.mg.gov.br/Portal/pages/imagemProcesso/viaUnica.jsf>) e informar o número de protocolo e chave de segurança.

Capa de Processo

Assinante(s)	
CPF	Nome
036.246.916-43	GEAN CLESIO MIRANDA GONCALVES
816.563.276-00	MARCOS FERREIRA DOS REIS

Documento Principal

Assinante(s)	
CPF	Nome
036.246.916-43	GEAN CLESIO MIRANDA GONCALVES
816.563.276-00	MARCOS FERREIRA DOS REIS

Belo Horizonte. Terça-feira, 09 de Julho de 2019

Marinely de Paula Bomfim: 87363895600

Página 1 de 1



Junta Comercial do Estado de Minas Gerais

Certifico registro sob o nº 7378271 em 09/07/2019 da Empresa SUPERENGE SERVICOS E CONSTRUCAO LTDA - EPP, Nire 31208591881 e protocolo 192840002 - 08/07/2019. Autenticação: D3E79BA0237219412BD339A240BAEC7594A249D. Marinely de Paula Bomfim - Secretária-Geral. Para validar este documento, acesse <http://www.jucemg.mg.gov.br> e informe nº do protocolo 19/284.000-2 e o código de segurança pNF9. Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 09/07/2019 por Marinely de Paula Bomfim - Secretária-Geral.

  
 MARINELY DE PAULA BOMFIM  
 SECRETÁRIA-GERAL

pág. 8/9

**BRS**

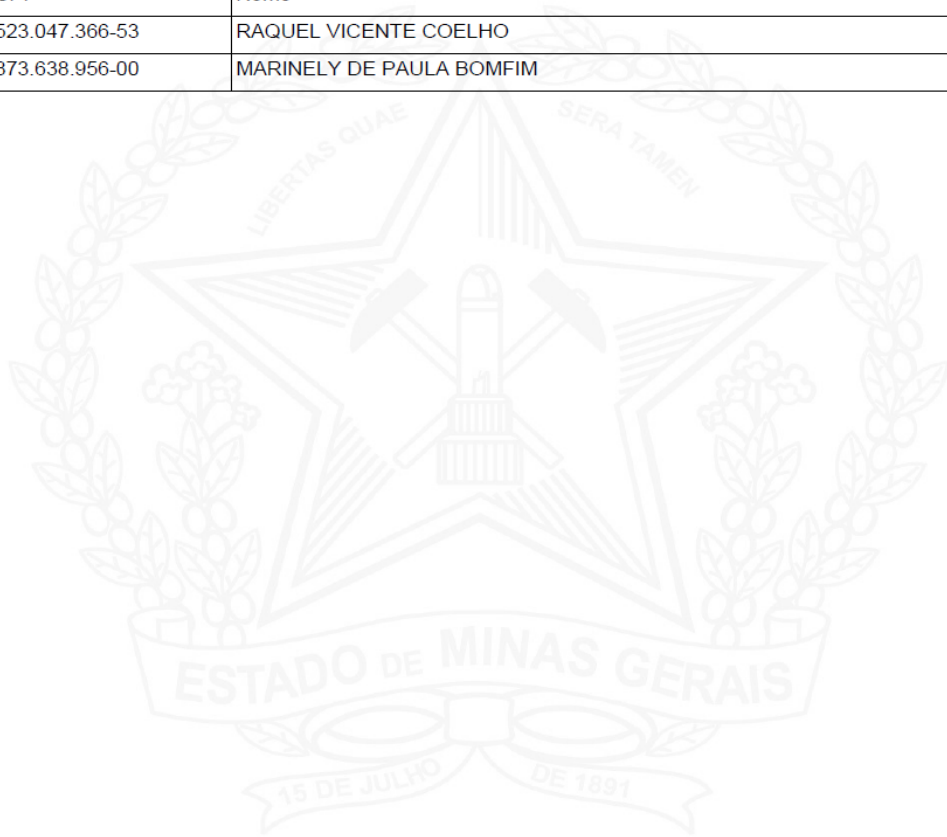
Consultoria e apoio em licitação

**JUNTA COMERCIAL DO ESTADO DE MINAS GERAIS**  
Registro Digital

O ato foi deferido e assinado digitalmente por :

Identificação do(s) Assinante(s)	
CPF	Nome
523.047.366-53	RAQUEL VICENTE COELHO
873.638.956-00	MARINELY DE PAULA BOMFIM

Junta Comercial do Estado de Minas Gerais



Belo Horizonte. Terça-feira, 09 de Julho de 2019



Junta Comercial do Estado de Minas Gerais

Certifico registro sob o nº 7378271 em 09/07/2019 da Empresa SUPERENGE SERVICOS E CONSTRUCAO LTDA - EPP, Nire 31208591881 e protocolo 192840002 - 08/07/2019. Autenticação: D3E79BA0237219412BD339A240BAEC7594A249D. Marinely de Paula Bomfim - Secretária-Geral. Para validar este documento, acesse <http://www.jucemg.mg.gov.br> e informe nº do protocolo 19/284.000-2 e o código de segurança pNF9. Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 09/07/2019 por Marinely de Paula Bomfim – Secretária-Geral.

  
MARINELY DE PAULA BOMFIM  
SECRETARIA-GERAL

pág. 9/9



Zimbra

nobre@mpmg.mp.br

---

**Fwd: ENCAMINHO RECURSO REFERENTE A CR 033/2019 - MPMG - SUPERENGE**

---

**De :** Diretoria de Compras e Licitacoes  
<dcli@mpmg.mp.br>

Qua, 04 de dez de 2019 17:13

 2 anexos

**Assunto :** Fwd: ENCAMINHO RECURSO REFERENTE A  
CR 033/2019 - MPMG - SUPERENGE

**Para :** Sebastiao Nobre da Silva <nobre@mpmg.mp.br>,  
Simone de Oliveira Capanema  
<scapanema@mpmg.mp.br>

**Cc :** Dariana Augusta de Toledo Patrocinio  
<dpatrocinio@mpmg.mp.br>

Prezados,

Segue para ciência e providências.

Atenciosamente,



**Diretoria de Gestão de Compras e Licitações**

Avenida Álvares Cabral 1740, 6º andar  
Belo Horizonte - MG  
CEP: 30170-008 - Tel.: (31) 3330-8190

---

**De:** "JURIDICO BRS" <juridico@brslicita.com.br>

**Para:** dcli@mpmg.mp.br

**Cc:** "Fabrício - BRS" <fabricio@brslicita.com.br>, "JURIDICO 04 - JOELEN  
JURIDICO 04 BRS" <juridico04@brslicita.com.br>

**Enviadas:** Quarta-feira, 4 de dezembro de 2019 17:02:52

**Assunto:** ENCAMINHO RECURSO REFERENTE A CR 033/2019 - MPMG -  
SUPERENGE

Boa Tarde!

Prezado **SERVIDOR SENHOR SEBASTIÃO NOBRE DA SILVA, PRESIDENTE DA  
COMISSÃO DE LICITAÇÃO DO MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MINAS  
GERAIS;**

Encaminho para apreciação **RECURSO** contra a decisão deste respeitável  
Pregoeiro, em declarar a empresa **SUPERENGE SERVIÇOS E  
CONSTRUÇÃO LTDA - EPP**, desclassificada do presente processo  
licitatório, **TOMADA DE PREÇOS N.º 033/2019**, cujo objeto é o "**CONTRATAÇÃO  
DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA EXECUÇÃO DE SERVIÇOS DE  
ENGENHARIA, COM FORNECIMENTO DE MÃO DE OBRA E MATERIAIS, EM  
EDIFICAÇÃO DO MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MINAS GERAIS, EM  
BELO HORIZONTE**"

Informo ainda, que o presente recurso, foi encaminhado através de Protocolo Pessoal, na data de hoje, 04/12/2019.

Cordialmente,

**Luana Andrade**  
Setor Jurídico  
OAB/MG 164.094

**BRS CONSULTORIA E APOIO EM LICITAÇÃO**

(31) 25333100 / [www.brslicita.com.br](http://www.brslicita.com.br)  
<https://www.youtube.com/watch?v=uLdAMy6LkgA>



**BRS**

Consultoria e apoio em licitação

M P M G - S G D P	
ID:	303 8798
DATA:	04 DEZ 2019

ILMO. SERVIDOR SENHOR SEBASTIÃO NOBRE DA SILVA, PRESIDENTE DA COMISSÃO DE LICITAÇÃO DO MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MINAS GERAIS.

REF: CONCORRÊNCIA PÚBLICA N.º 033/2019.

**SUPERENGE SERVICOS E CONSTRUCAO LTDA - EPP**, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob o n.º 11.184.198/0001-27, estabelecida na Rua Diana, n.º 643, Bairro Ana Lúcia, CEP 34.710-210, Município de Sabará, Estado de Minas Gerais, por seu representante que a esta subscreve, conforme procuração anexo **(Anexo I, Documento I)**, **FABRÍCIO ANTÔNIO ANTUNES**, brasileiro, casado, empresário, portador da cédula de identidade n.º M- 6.359.577, expedida pela SSP/MG e inscrito no CPF sob o n.º 838.493.606-44, com endereço profissional na Av. Nossa Senhora de Fátima n.º 2.576, CEP 30.710-020, Bairro Carlos Prates, Município de Belo Horizonte, Estado de Minas Gerais, vem respeitosamente na presença de V.Sa, em tempo hábil, com fulcro conformidade com a Lei Federal n.º 8.666, de 21/06/1993; Lei Estadual n.º 20.826, de 31/07/2013; Lei Complementar Federal n.º 123, de 14/12/2006; Lei Estadual n.º 13.994, de 18/ 2001 e no item 09 e respectivos subitens do Edital de Concorrência n.º 033/2019 a fim de interpor;

## **RECURSO ADMINISTRATIVO**

contra as irregularidades verificadas na condução dos procedimentos relativos ao presente processo pela respeitável Comissão Permanente de Licitação, que resultou na **desclassificação** da proposta de preços da empresa **SUPERENGE SERVICOS E CONSTRUCAO LTDA - EPP**, pelos fatos e fundamentos a seguir especificados: